

Prefeitura Municipal de Natividade da Serra

Edital de Audiência Pública

Cumprimento das Metas Fiscais

(Lei de Responsabilidade Fiscal)

SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2017

*A Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, em atendimento ao disposto no § 4º, do Artigo 9º, da Lei Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, torna público a realização da **Audiência Pública** para apresentação à Comissão de Finanças da Câmara Municipal, da avaliação do cumprimento das **Metas Fiscais** do Município, relativas ao no **Segundo Quadrimestre de 2017**, que ocorrerá no **dia 26 de setembro de 2017**, às **10:00 horas**, no **plenário da Câmara Municipal de Natividade da Serra**, situada à **Rua dos Fernandes, nº 251 – Centro**, convidando os interessados e a população do Município.*

Natividade da Serra, 13 de Setembro de 2017.

Maria Lourdes de Oliveira Carvalho - Prefeita Municipal

Ata de Audiência Pública

2º Quadrimestre de 2017

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2017, às 10:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do Segundo Quadrimestre de 2017** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.

ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	24.880.000,00	15.557.712,98	62,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.048.200,00	605.818,26	57,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	77.883,90	40,99
RECEITA PATRIMONIAL	237.500,00	103.988,91	43,78
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.505.000,00	16.781.904,30	63,32
(CONTAS REDUTORAS)	(3.400.000,00)	(2.124.698,14)	62,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	299.000,00	112.815,75	37,73
RECEITAS DE CAPITAL	680.000,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	680.000,00	0,00	-
TOTAL DA RECEITA	25.560.000,00	15.557.712,98	60,87

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	24.039.900,00	14.182.161,53	58,99
PESSOAL E ENCARGOS	12.537.500,00	8.040.238,83	64,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.501.400,00	6.141.922,70	53,40
DESPESAS DE CAPITAL	1.558.000,00	260.801,86	16,74
INVESTIMENTOS	1.168.000,00	96.496,16	8,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	390.000,00	164.305,70	42,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.100,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	25.626.000,00	14.442.963,39	56,36
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B)		1.114.749,59	7,17

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima, apresentou superávit da ordem de R\$ 1.114.749,59 (7,17%), conforme prevista nas Leis Orçamentárias – PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	16.012.073,71	15.557.712,98	97,16
RECEITAS DE CAPITAL	318.216,64	0,00	-
SUBTOTAL	16.330.290,35	15.557.712,98	95,27
DEDUÇÕES			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	148.227,20	80.284,38	54,16
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	16.182.063,15	15.447.428,60	95,65
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	15.521.958,97	14.182.161,53	91,37
DEDUÇÕES			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	650,90	0,00	-
SUBTOTAL	15.521.308,07	14.182.161,53	91,36
DESPESAS DE CAPITAL	890.694,85	260.801,86	29,28
DEDUÇÕES			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.851,00	164.305,70	64,73
SUBTOTAL	636.843,85	96.496,16	15,15
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	16.158.151,92	14.278.657,69	88,37
RESULTADO PRIMÁRIO		1.198.770,91	7,75

O SUPERÁVIT de R\$ 1.198.770,91 (7,75%), demonstra que durante o período, foram cumpridas todas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (LDO = R\$ 539.200,00).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	3.540.515,51	3.667.825,05
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	1.036.174,86	1.847.533,68
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	587.258,58	73.133,67
II - DEDUÇÕES (*)	449.916,28	1.774.400,01
III - Dívida Consolidada Líquida (I - II)	3.091.599,23	1.893.425,04
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III - V)	3.091.599,23	1.893.425,04
RESULTADO NOMINAL (B-A)		-1.198.174,19

Pelo demonstrativo acima, fica comprovado que o Município se encontra dentro dos limites constitucionais, com leve redução do saldo de estoque de dívidas consolidadas, estabelecidas para o Resultado Nominal no período.

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	23.060.675,52		24.265.853,48	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	11.648.794,19	50,51	12.253.373,81	50,50
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)			12.448.382,84	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	12.452.764,78	54,00	13.103.560,88	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	231.775,03	1,01	225.099,11	0,93
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	2.767.281,06	12,00	2.911.902,42	12,00

DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
		23.060.675,52		24.265.853,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	3.540.515,51	15,35	3.667.825,05	15,12
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	27.672.810,62	120,00	29.119.024,18	120,00

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado com Saúde	2.097.535,46	3.124.089,01
Percentual Aplicado em Saúde (%)	15%	23,47%

EDUCAÇÃO

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF)	2.924.189,77	3.428.586,78
Percentual Aplicado no Ensino (%)	25%	29,31%

FUNDEB

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Magistério	1.132.885,39	1.847.519,70
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	60%	97,85%

PUBLICAÇÕES

- Edital de audiência publicado no jornal "Diário de Taubaté" nº 12.729, pág. 4B de 15/09/2017.
- Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2017.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 4º Bimestre/2017.
- Relatórios publicados no jornal "Diário de Taubaté" Edições nº 12.729, págs. 2B, 3B e 4B de 15/09/2017.
- Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 19/09/2017.

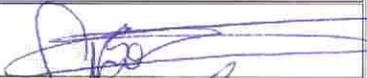
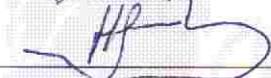
RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- O Município está com as finanças em equilíbrio.
- O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal;
- Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo;
- Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2017;
- Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 4º Bimestre/2017;
- O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (inclusive Fundeb).

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 26 de setembro de 2017.

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE DA SERRA, REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 10:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	GABRIEL V. SOUZA	17633592	
2	RENE GONCALVES DA SILVA	48.273.639-2	
3	EDISON NATALINO PEREIRA	6.721.551	
4	José Laércio SANTOS	10.214.849-1	
5	Denise Cristina Menegu Meneucci	30.567.371-3	Denise C.M. Meneucci
6	Fabiana Esp. Lemes Gie	43.334.334-0	
7	ANTONIO (PAULO) DE OLIVEIRA	19489466-6	
8	Walner Tereza Santos	187260278	
9	Rogério A. Alves	25944720-8	
10	BENEDITO VALDIR MINAMI	14.228017-3	
11	ROBERTO GIUNTA	14649-333	
12	Jose Aparecido dos Santos	20.699.958-8	
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			